



Projeto para Avaliação continuada das Disciplinas dos Cursos de Graduação da UFV JANEIRO DE 2002

Proposta Institucional da Universidade Federal de Viçosa apresentada ao Departamento de
Projetos Especiais de Modernização
e Qualidade do Ensino Superior - SESu-MEC

INTRODUÇÃO

A avaliação é uma atividade que sempre esteve presente na história da humanidade. Realizada a princípio de forma assistemática, torna-se cada vez mais organizada, consciente e intencional, à medida que a sociedade se desenvolve, passando a ser utilizada nos mais diversos setores de atividades a que o homem se dedica.

NEVO (1988) afirma que, até meados do século XX, a avaliação no campo educacional esteve adstrita quase que exclusivamente à análise das características individuais do educando ou do professor e de resultados da aprendizagem, em função da adoção de novos métodos de ensino ou da introdução de programas educacionais inovadores. A partir de 1960, a avaliação educacional amplia seu foco de atenção

para o estudo de currículos e programas nos seus múltiplos aspectos e no que diz respeito ao seus efeitos na sociedade. Além disso, a própria avaliação passa a constituir-se objeto de estudo.

No Brasil, foi semelhante a trajetória do desenvolvimento da avaliação educacional. A partir das duas últimas décadas, tem-se verificado a intensificação desses estudos, em razão da necessidade de tomar decisões, fundamentadas no conhecimento mais profundo e sólido da realidade educacional. Há vários anos, o Ministério da Educação vem incentivando a prática da avaliação nas Instituições de Ensino Superior. Entre os vários aspectos a serem investigados, observa-se a atenção dada ao componente curricular denominado disciplina.

Na Universidade Federal de Viçosa (UFV) a preocupação com a avaliação das disciplinas dos cursos oferecidos não é recente. Algumas pesquisas avaliativas já foram realizadas sobre disciplinas particulares. Observa-se, ainda, a preocupação de muitos professores em verificar, individualmente, os andamentos das disciplinas que lecionam, utilizando meios diversos.

Mais de uma tentativa foi realizada para implantar a avaliação de disciplinas na UFV, como atividade institucionalizada, de caráter obrigatório para todos os cursos. A primeira de que se tem notícia data da década de 1970, a partir da criação da Unidade de Apoio Didático (UAD), posteriormente denominada Unidade de Apoio Educacional (UAE), que tinha dentre suas atribuições avaliar disciplinas e promover cursos de atualização pedagógica para o corpo docente da Instituição. Como consequência da primeira avaliação, foi realizado um curso sobre Metodologia de Ensino, abordando diversas teorias, métodos e técnicas. Entretanto, como as tentativas posteriores, essa também foi interrompida.

Dando prosseguimento ao esforço mais abrangente para instituir a avaliação nas diferentes instâncias da UFV, foi instalada, em 1999, a Comissão Permanente de Avaliação de Disciplinas (COPAD), com o objetivo de analisar os resultados das últimas avaliações na UFV, de propor as modificações necessárias, de implantar e implementar o novo modelo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com o objetivo de situar a discussão sobre a avaliação das disciplinas, num contexto mais amplo, torna-se imprescindível expor alguns referenciais, a partir dos quais se sustenta tal processo. Assim, faz-se necessário situar, entre outras questões, a avaliação no panorama educacional, os modelos de avaliação presentes no contexto educativo e o conceito de avaliação que orienta este projeto.

Pode-se dizer que os anos de 1990 se apresentaram como um período em que se intensificaram os debates sobre avaliação nas mais diferentes instâncias da vida acadêmica em que ocorrem: congressos, seminários e no interior da própria Universidade. No âmbito das políticas educacionais, observa-se que, sob a égide da qualidade do ensino, utilizando como referência os altos índices de fracasso escolar, são propostas inovações, mas o que se percebe é que há um descompasso entre as propostas de avaliação e as práticas efetivas dentro das instituições educativas.

No que se refere ao contexto pedagógico, de acordo com LUCKESI (1996), pode-se analisar a avaliação dentro de dois modelos: o Conservador e o Transformador. O primeiro se sustenta em uma prática escolar autoritária, que objetiva o controle e o exercício do poder pelo professor. A avaliação educacional torna-se, assim, um instrumento disciplinador das condutas cognitivas e sociais, dentro do contexto escolar. O segundo modelo, em oposição ao primeiro, vem como forma de superação do autoritarismo e como estabelecimento da autonomia. A avaliação aparece aí como mecanismo de diagnóstico, objetivando o avanço e o crescimento e não a estagnação disciplinadora. Deverá ser instrumento que objetiva novos rumos, o desenvolvimento da autonomia.

Entretanto, na prática avaliativa, ainda se encontra arraigada a crença na avaliação classificatória. A justificativa para a resistência à mudança respalda-se na própria tradição do exame, já cristalizado no meio educativo. A literatura sobre a temática evidencia a existência de um descrédito da sociedade para com as inovações. Existe um certo consenso de que práticas inovadoras são práticas menos exigentes.

A avaliação, dentro do processo educativo, é um elemento essencial na reordenação da prática pedagógica. Ela é importante para o professor à medida que serve como diagnóstico da situação e indica formas de intervenção no processo, visando à aquisição do conhecimento, à aprendizagem, à reflexão sobre a própria prática. A avaliação deve aparecer dentro da prática escolar como elemento que promove o conhecimento. Ela só tem sentido quando se articula ao projeto pedagógico institucional, em que se define o significado do ato avaliativo.

LUCKESI (1986:33) afirma que a avaliação pode ser entendida como "um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão". O juízo de valor "significa uma afirmação qualitativa, sobre um dado objeto, a partir de critérios preestabelecidos". É um julgamento fundado nos conhecimentos necessários sobre o objeto de estudo. O julgamento emergirá, portanto, dos indicadores da realidade. A tomada de decisão implica em posicionamento frente aos resultados obtidos.

Além de defender o julgamento de valor como parte importante do ato de avaliar, SCRIVEN (1986) afirma que não basta informar sobre o sucesso de um programa. É preciso que o avaliador se preocupe com efeitos colaterais imprevisíveis, seus possíveis efeitos e valor para a investigação, com questões importantes como custos, possíveis erros nos valores ou metas do cliente (inconsistência, pressuposições falsas ou falha em detectar ambigüidades sérias), com a dificuldade do cliente em combinar os resultados de um relatório multidimensional de forma consistente com seus fins. É fundamental que o avaliador se preocupe, ainda, com questões de natureza ética, muitas vezes relacionadas com as citadas acima.

Tais questões encaminham para tema que, embora de natureza técnica, precisa ser definido, afim de que a avaliação se realize de modo coerente com os objetivos propostos e, ao mesmo tempo, seja possível resguardar os direitos e a integridade daqueles são afetados: tipos e funções da avaliação.

SCRIVEN(1973) especifica dois tipos de avaliação com funções distintas.

1. Avaliação Formativa, com função de Controle do Processo, é usada para melhoramento e desenvolvimento de atividades, programas, disciplinas etc., em andamento, quando o objeto avaliado está em construção, quando pode ou deve ser melhorado sem contudo perder sua identidade. Dela, resultam decisões sobre o que modificar, no caso específicos das disciplinas, em relação a aspectos metodológicos, relações interpessoais, ritmo de estudo etc.

2. Avaliação Somativa , com função Classificatória, é utilizada para seleção, promoção ou dispensa de pessoal, para decidir sobre a manutenção, substituição ou abandono do objeto avaliado.

Além das funções acima citadas, NEVO (1986) chama a atenção para uma terceira e uma quarta funções, que, embora geralmente omitidas, não devem ser desprezadas.

3. Função Psicológica ou Sócio-Política, reconhecida e tratada por autores como Cronbach, House e Patton. Esse tipo de avaliação é usado para conscientizar sobre atividades especiais, motivar comportamentos desejáveis nos avaliandos ou promover relações públicas. No entanto, nesta categoria incluem-se, ainda, aquelas avaliações que, sob o pretexto de manterem isenção e igualdade no trato com avaliandos de condições diferentes, acobertam a discriminação e impedem o progresso social.

4. Exercício de Autoridade, função impopular, é exercida em organizações por pessoas que detêm posição de poder e a quem é atribuído o privilégio de avaliar os subordinados, demonstrando assim sua autoridade sobre eles.

Cabe aqui ressaltar que, uma vez definida a função da avaliação, é ilegítimo utilizar seus resultados para tomada de decisões de natureza diversa das previstas no projeto.

Constitui também função do avaliador definir os padrões para análise dos dados, as audiências da avaliação, as formas e meios de divulgação dos resultados.

Definem-se como audiências (SCRIVEN, 1981) aqueles que têm interesse na avaliação, a quem os resultados podem servir de algum modo para tomada de decisões.

FUNÇÕES E OBJETIVOS PROPOSTOS PARA A AVALIAÇÃO

FUNÇÕES

A avaliação, aqui proposta, deverá ser Formativa, com função de acompanhar o desenvolvimento das disciplinas dos cursos de graduação da UFV, diagnosticando aspectos que devem ser mantidos ou reformulados em cada uma delas. Como tal, seus resultados deverão ser utilizados estritamente para fins de melhoria na organização curricular dos cursos, dos aspectos metodológicos, no desempenho do professor e do aluno. Não se adequa, portanto, à tomada de decisões de natureza somativa, ou seja, àquelas que se destinam à aprovação e ou promoção de qualquer uma das categorias de avaliandos.

Terá, ainda, a função sócio-política de desenvolver, na comunidade acadêmica, uma postura favorável à avaliação, enquanto instrumento enriquecedor das práticas educativas na Instituição e, ao mesmo tempo, promover o exercício pleno da cidadania. Nesse último sentido, constituir-se-á oportunidade de reflexão para os membros da comunidade, permitindo-lhes exercer o controle da qualidade de um serviço essencial para a sociedade - a educação.

OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS:

1. Fornecer subsídios para a melhoria das disciplinas e das práticas educativas nos cursos de graduação da UFV.
2. Desenvolver na comunidade acadêmica atitudes favoráveis à avaliação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Informar o professor sobre o desenvolvimento da disciplina que leciona, quanto a sua adequação aos cursos a que se refere, aos objetivos e à metodologia utilizada.
2. Fornecer aos Departamentos subsídios para análise de problemas referentes ao desenvolvimento das disciplinas que oferece.

3. Propiciar à Administração Superior uma visão global do desenvolvimento das disciplinas dos diversos cursos.
4. Apresentar às Coordenações de Curso parâmetros para análise da adequação das disciplinas aos curso.
5. Sensibilizar o professor a respeito da necessidade de avaliar continuamente o processo ensino-aprendizagem.

METODOLOGIA

Encontram-se definidos neste segmento os sujeitos da avaliação, os procedimentos para coleta e análise de dados, as audiências interessadas e os relatórios a serem enviados às audiências.

SUJEITOS.

Serão sujeitos da avaliação os estudantes matriculados nas disciplinas dos cursos de graduação da UFV e todos os seus professores.

PROCEDIMENTOS.

Considerando que a avaliação deve ser contínua e constante e a necessidade de alunos e professores perceberem a importância e os objetivos de uma avaliação voltada para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, propõem-se os seguintes procedimentos:

1. Realização de palestras sobre avaliação, como início do processo e durante sua implementação.
2. Utilização de um questionário de respostas abertas, destinado aos alunos, aplicado e analisado pelo professor ao final de cada unidade de ensino, visando ao diagnóstico do processo e à identificação de possíveis distorções em tempo hábil para sua correção.

3. Aplicação de questionários, específicos e de resposta individual, aos estudantes e professores, antes do término do semestre.

No que concerne ao terceiro procedimento, os instrumentos serão compostos de itens que representam os indicadores para os padrões de análise, referentes à disciplina (objetivos, conteúdo, metodologia e avaliação), ao professor (assiduidade e pontualidade, relacionamento interpessoal, desempenho) e ao aluno (preparo prévio, desempenho e interesse, assiduidade e pontualidade).

Os questionários apresentarão, para respostas selecionadas, uma escala de valores, variando de 1 (não - ausência do indicador) a 5 (sim, plenamente).

A elaboração e composição dos questionários atenderão à natureza diferenciada das disciplinas: teóricas, práticas ou teóricas e práticas. Dada a especificidade do estágio curricular de cada curso, o instrumento ora proposto não é adequado à sua avaliação. Sugere-se que esta seja feita por meio de instrumento construído e analisado pelo coordenador e professores responsáveis.

Os questionários serão respondidos em impresso apropriado contendo, além das respostas aos itens, um campo para que o respondente apresente as sugestões que julgar necessárias.

A aplicação dos questionários aos estudantes deverá ser feita durante uma aula, em data previamente combinada com o professor, sendo precedida de explicação sobre sua importância e de instruções para respostas.

Para garantir a qualidade dos instrumentos de coleta de dados, eles serão submetidos à avaliação de fidedignidade e validade.

A fidedignidade será verificada por meio de aplicação do questionário a uma amostra da categoria de respondentes a que se destina, em duas oportunidades, com espaço de tempo não inferior a quinze dias.

A validade de conteúdo dos questionários será obtida submetendo-os ao escrutínio de três profissionais capacitados. Serão considerados adequados os itens aprovados por, no mínimo, dois dos avaliadores. Serão passíveis de modificação ou de abandono os itens apontados pelos avaliadores.

ANÁLISE DOS DADOS

Será desenvolvido programa específico para tratamento dos dados obtidos nos questionários aplicados ao final do curso.

Na avaliação preliminar de cada disciplina, os dados serão processados de acordo indicadores dos tópicos específicos do questionário. Os resultados se destinarão à discussão sobre a eficácia ou possíveis falhas existentes no sistema ensino-aprendizagem adotado na UFV. Nessa análise, serão adotados como critérios, para diagnóstico qualitativo preliminar de possíveis problemas, os valores médios e percentuais, especificados a seguir:

1. Média inferior a 3,0 (três), para cada tópico.
2. Porcentagem de notas 1 e 2, acima de 60%.

Tanto a média quanto o valor percentual serão considerados, quando houver no mínimo cinco respostas válidas no questionário.

A análise dos resultados levará em consideração a classificação da disciplina nos cursos - básica ou profissionalizante - sua categoria na grade curricular - obrigatória, eletiva, facultativa ou optativa.

Novos diagnósticos, considerando outros valores referenciais, poderão ser realizados de acordo com as audiências a que se destinam.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS.

Os resultados da avaliação serão divulgados mediante a apresentação de relatórios às audiências interessadas.

Considerando a natureza do estudo aqui proposto e a finalidade a que se destina, são consideradas audiências interessadas os estudantes matriculados nas disciplinas, os professores, os Departamentos que

as oferecem, as Comissões Coordenadoras dos Cursos, as Câmaras de Ensino e a Administração Superior da UFV, representada pela Pró-Reitoria de Ensino. A elas, deverão ser fornecidos relatórios, contendo informações sobre as disciplinas nem sua abrangência e forma adequadas.

Os relatórios deverão ser divulgados, após a realização das provas finais e antes do início do semestre subsequente.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO

O Programa, aqui proposto, deverá ser objeto de acompanhamento constante, em estudos de meta-avaliação.

Durante o período de implantação e implementação esse estudo será do tipo Formativo, com vistas à melhoria e desenvolvimento do próprio processo. Essa avaliação será feita pela COPAD.

Ao final de um período de quatro anos, o Programa deverá ser submetido a avaliação do tipo Somativa, para verificar a validade de sua manutenção ou a necessidade de sua substituição por outro programa. Essa avaliação deverá ser realizada por equipe de avaliadores independente da que elaborou e desenvolveu o Programa.

RECURSOS

Para executar o Programa de Avaliação de Disciplinas torna-se imprescindível dotá-lo de uma infraestrutura com recursos humanos e materiais, que permitam desenvolvê-lo com eficiência para alcançar os objetivos propostos. Será necessária uma sala para utilização permanente, dotada de linha telefônica

RECURSOS HUMANOS

Para realizar atividades de distribuição e recolhimento de questionários, leitura ótica das respostas, leitura e classificação das sugestões, composição e impressão dos relatórios, análise preliminar dos relatórios, divulgação dos resultados etc., faz-se necessário a contratação de uma equipe, permanente, contratada em regime de quarenta horas semanais, formada pelos seguintes elementos:

- Um técnico, de nível superior, em Educação
- Um técnico, de nível médio, em computação
- Um secretário

RECURSOS MATERIAIS

Material Permanente (Equipamentos):

2 computadores *Pentium*
2 impressoras a tinta
1 gravador de CD
2 cadeiras giratórias com braço
2 mesas para computador e impressora
2 estabilizadores de voltagem com filtro de linha
1 arquivo de aço, vertical, com quatro gavetas
1 armário de aço, fechado, com duas portas
2 mesas escrivainhas com quatro gavetas
2 cadeiras giratórias, com braço
1 mesa de oito lugares para reuniões
8 cadeiras estofadas, sem braço
1 telefone

Material de Consumo:

Cartuchos de tinta para computador
CD
Papel A4
Envelopes pardos
Envelopes tipo ofício
Grampeadores
Grampos
Fita adesiva
Canetas esferográficas
Lápis no. 2
Borrachas
Etiquetas
Pastas suspensas
Tesouras
Apontador de lápis
Cola

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação de Avaliação Escolar*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
2. NEVO, David. The conceptualization of educational evaluation: An analytical review of the literature. In: HOUSE, Ernest R. (editor). *New directions in educational evaluation*. Philadelphia, USA: The Falmer Press, 1986.
3. PERRENOUD, Philippe. Não mexam em minha avaliação! Para uma abordagem sistêmica da Mudança Pedagógica. In: ESTRELA, A e NÖVOA, A (orgs.) *Avaliação em Educação: Novas perspectivas*. Portugal: Porto Editora, 1993.
4. SCRIVEN, Michael. Evaluation as a paradigm for educational research. In: HOUSE, Ernest R. (editor). *New directions in educational evaluation*. Philadelphia, USA: The Falmer Press, 1986.

5. SCRIVEN, Michael. *Evaluation thesaurus*. Inverness, USA: EDGEPRESS, 1981.
6. SCRIVEN, Michael. The methodology of evaluation. In: WORTHEN, Blaine R. & SANDERS, James R. *Educational evaluation: Theory and practice*. Worthington, USA: Charles A. Jones, 1973.

CRONOGRAMA – 2002												
ATIVIDADES	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1. Testagem dos instrumentos: *												
Validade												
Fidedignidade												
2. Apresentação do Anteprojeto à Administração Superior *												
3. Reformulação dos instrumentos *												
4. Palestra sobre avaliação												
5. Estudo Piloto												
Aplicação dos questionários												
Análise dos resultados												
Elaboração dos relatórios												
Divulgação dos relatórios												
5. Avaliação e reformulação do projeto												
6. Implantação e implementação do Programa de Avaliação:												
Reuniões com a Administração e Comissões Coordenadoras dos												
Palestras sobre avaliação												

Avaliação contínua e constante p/ professor												
Aplicação dos questionários												
7. Avaliação do Programa												
8. Reformulação do Programa												
9. Aplicação do Programa reformulado												